DISCURSOS SELECIONADOS DO
PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Discursos Selecionados do Presidente Getúlio Vargas

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2010

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas

Revisor:
André Yuji Pinheiro Uema

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2010

B823d Brasil. Presidente (1931-1954: Getúlio Vargas). Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas. – Brasília : FUNAG, 2009.
60p.

ISBN: 978.85.7631.249-9

1. Vargas, Getúlio - Discurso. 2. Presidência da República - Brasil. I. Título.

CDU: 342.511(81)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Biografia, 7

Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, 9

As Tradições Pan-Americanistas do Brasil e do Peru, 21

Um acontecimento de alto alcance para a evolução das relações entre os países do continente americano, 25

Discurso pronunciado pelo Presidente na Embaixada de Espanha, em 12 de outubro de 1953, 27

Discurso pronunciado, no banquete oferecido aos representantes diplomáticos estrangeiros, em 5 de julho de 1931, 31

Saudação ao General Agustín Justo, no banquete realizado no Itamaraty, na noite de 7 de outubro de 1933, 35

A presença do presidente da nação Argentina no Brasil, 39

Política Continental, 41

A Reconstrução de um Brasil economicamente forte, politicamente livre e socialmente justo, 45

Saudação ao presidente Gabriel Terra, no banquete oferecido no Itamaraty, em 18 de agosto de 1934, 49

Discurso pronunciado por ocasião de sua posse como chefe do governo provisório da República, 51

A Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1954, 57

Biografia

Advogado, nascido na cidade de São Borja, estado do Rio Grande do Sul, em 19 de Abril de 1883. Iniciou sua vida política como deputado estadual (1909-1912 / 1917-1921) pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e na mesma legenda foi indicado e eleito, em outubro de 1922, à Câmara dos Deputados e, em 1924, reeleito deputado federal (1923-1926). Com a posse do presidente Washington Luís, em 15 de novembro de 1926, assumiu a pasta da Fazenda, permanecendo no cargo até dezembro de 1927. Eleito presidente do Rio Grande do Sul, tomou posse em 25 de janeiro de 1928. Em agosto de 1929, formou-se a Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional que lançou as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. Derrotado nas urnas pelo candidato paulista Júlio Prestes, Vargas reassumiu o governo do Rio Grande do Sul, e articulou o movimento de deposição do presidente Washington Luís, que culminaria com a Revolução de 1930. Após o exercício da junta governativa, Getúlio Vargas tomou posse como chefe do governo provisório em 3 de novembro de 1930. Com a promulgação da Constituição de 1934, foi eleito presidente da República pela Assembléia Constituinte. Em 10 de novembro de 1937, anunciou a dissolução do Congresso e outorgou nova Carta, dando início ao Estado Novo. Governou o país até ser deposto, em 29 de outubro de 1945. Elegeu-se Senador (1946-1949) na legenda do Partido Social Democrático (PSD) e concorreu às eleições presidenciais de 1950 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agremiação que fundara em 1945. Vargas recebeu 48,7% dos votos, vencendo por larga maioria seus opositores, e tomou posse em 31 de janeiro de 1951. Suicidou-se, no Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL) Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva – 3ª Ed. Revista – Rio de Janeiro: O Arquivo, 2006.

Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras

Senhor Presidente,
Senhores Acadêmicos,

A atividade intelectual é para mim uma imposição da vida política, que exige de quem a ela se consagra a obrigação de comunicar-se com o público com precisão e clareza, explicando idéias e problemas de governo, esforçando-se por fazer-se ouvir e compreender.

Não sou e nunca pretendi ser um escritor de ofício, um cultor das belas-letras, embora tenha me habituado, desde moço, à amável convivência de poetas e romancistas, como leitor e admirador comovido das suas obras. Por que não hei de reconhecer também, numa confissão escusável nestas circunstâncias, a atração que sempre exerceram sobre mim os homens de pensamento, as inteligências cultas e desinteressadas, os espíritos de alto quilate moral, possuidores do divino dom de transmitir aos seus semelhantes as conquistas culturais, os anseios piedosos, os arrebatamentos da paixão e da fé?

Mas, tudo isso de que vos falo está longe de definir os méritos de um escritor, de legitimar pretensões à partilha dos louros e das glórias a que têm direito os príncipes da poesia e os mágicos exploradores dos reinos da ficção.

A "Casa de Machado de Assis" parecia reservada, nas minhas reflexões, aos homens votados à criação artística e ao estudo desinteressado dos

problemas culturais. Não a considerava gleba apropriada ao rude amanho dos agricultores, mas terreno escolhido e tratado, onde os jardineiros operam milagres de beleza e colorido.

Nascida sob a invocação da Academia Francesa, por ela modelada, teria certamente o destino de servir de refúgio e assegurar repouso amável aos espíritos serenos, que olham a vida em termos de categoria filosófica e usam as lentes da perspectiva histórica para observar com imparcial frieza os acontecimentos da atualidade.

Sem dúvida, as circunstâncias da vossa fundação delatavam o divórcio então existente entre a pura análise espiritual, a seriação e o estudo da realidade através das artes e as atividades chamadas práticas.

Naquele remanso do fim do século, passadas e esquecidas as agitações que auspiciaram o advento da República, políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro, ocupando margens opostas na torrente da vida social.

Por uma deformação lógica, sentiam- se quase incompatíveis. As alterações da semântica retratam, melhor do que amplas razões, essa situação de fato. Poeta era, ao tempo, sinônimo popular de lunático, pessoa ausente, habitando um mundo de fantasias e imagens; literato traduzia, num pejorativo brando, o teórico, pés fora do solo, cabeça nas nuvens, alheio às realidades cotidianas e convencido de poder ajustá-las aos esquemas simplistas da construção dialética.

Em ambiente assim, era inevitável, as energias sociais dispersavam- se esterilmente e o desdém do espírito pela matéria tomava formas quase extravagantes. Para o homem de letras, as palavras político, industrial, administrador, tinham igualmente um sentido alterado: significavam estreiteza de vistas, incapacidade imaginativa, grosseiro trato com as coisas belas da vida e os seus valores supremos. Para ser um exemplar dessa fauna tornava-se necessário ignorar as rosas, os poentes, as sutilezas da linguagem, o aguçamento de um sarcasmo e a finura de uma ironia.

Explicavam uns e outros, através de conceitos voluntariamente truncados, o desdém recíproco e a mútua desconfiança. Os literatos reclamavam o isolamento, a torre de marfim, a impassibilidade marmórea, e essa atitude se refletia na própria preferência pelas imagens do reino mineral, tão do gosto dos poetas mais celebrados do tempo. Os homens de ação, dedicados às tarefas práticas, desacreditavam, por seu turno, as possibilidades reais dos que sabiam pensar e dizer.

Não há novidade em declarar, por conseguinte, que a primeira fase da vossa ilustre instituição decorreu à margem das atividades gerais, enquanto o Estado, a administração, a sociedade civil e volviam e se transformavam. Só no terceiro decênio deste século operou-se a simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação. Hoje vemos em vosso meio, compartilhando a imortalidade com poetas e romancistas, representantes das profissões liberais, juristas, historiadores, políticos e até industriais. É admirável que isso aconteça. Os valores da inteligência são multiformes, resultam de múltiplas e fecundas aplicações. Os modernos processos de integração social não podem malbaratá-los e a todos disciplinam, num sentido útil, para maior bem da coletividade.

O papel das Academias não é, na atualidade, o que Chapelain atribuía à Academia Francesa: "Fazer um grande dicionário e fiscalizar a língua." É mais importante, mais amplo e profundo. Não corresponde, evidentemente, a uma instituição acadêmica vanguardear os movimentos revolucionários em arte e cultura. Também não lhe corresponde atuar do lado extremo, permanecendo fechada num conservantismo estreito e reacionário. Cabe-lhe, no conjunto das atividades gerais, uma função ativa, coordenadora de tendências, idéias e valores, capaz de elevar a vida intelectual do pais a um plano superior, imprimindo-lhe direção construtiva, força e equilíbrio criador.

Foi com essa visão global das responsabilidades acadêmicas que aceitei um lugar na vossa Ilustre Companhia, honrado com a escolha, que considero homenagem excepcional, e disposto a trabalhar convosco pela afirmação da nossa cultura, interessando-a na solução dos grandes problemas da Nacionalidade.

Eleito para a Cadeira 37, venho sentar-me entre vós, sob o patronato de Tomás Antônio Gonzaga, na sucessão de Silva Ramos e Alcântara Machado. Não me poderia sentir melhor em qualquer outra. O poeta da Inconfidência Mineira alcançou essa consagração mais pelo seu destino político que pela expressão da sua arte poética, aliás formosa.

Numerosos foram os homens que, pela época, interpretaram em verso os anseios sentimentais, as dúvidas amorosas, os conflitos do desejo e das possibilidades. O que singularizou a figura daquele desembargador do século XVIII não foi certamente a inovação literária, a inspiração de grandes vôos ou a criação lingüística, como aconteceu com Dante e Camões. A sua lírica é similar a de todos os poetas do tempo. Reflete idênticas influências, repassa consabidos modismos, veste-se com as mesmas galas retóricas. Versejar

parecia, então, sestro generalizado, diversão preferida das classes cultas. Se desde os clássicos da língua se admitia que "não fazem dano as musas aos doutores", contavam com absolvição antecipada os governantes poetas, os líricos magistrados.

Essa produção literária oferecia, entretanto, pouca ou nenhuma originalidade. Seguia invariavelmente regras aprendidas a modo de ofício manual e a temática restrita dos modelos. Tomás Antônio Gonzaga, que é o nosso exemplo, vivendo em Vila Rica, cidade colonial das Minas Gerais — cheia de pretos da mineração, de brigas de garimpeiros, de façanhas de contrabando não nos apresenta, nas suas composições, um esboço sequer da vida ambiente. A mais leve referência ao meio é esquecida. As suas poesias não se embeberam do cheiro estonteante da terra moça. As pastoras, os zagais, os pegureiros, que invoca e canta, não passam de simples expressões de um dicionário ignorado na colônia do ouro e das pedras, consumida pela febre das riquezas e do luxo que a Inglaterra e a Flandres produziam e Portugal importava e pagava com larguezas de perdulário.

Não foi, por conseqüência, essa literatura de amores infelizes, tão comum em tantos autores da época, o que elevou a herói o patrono desta Cadeira. A projeção excepcional da personalidade do cantor de Marília resultou da sua atuação política, da sua participação num acontecimento que objetivava emancipar a grande terra brasileira, ausente na obra do poeta e presente na existência do homem.

O verdadeiro patrono da Cadeira 37 não é, a rigor, o lírico de "Marília de Dirceu". A poesia influiu na escolha como mera circunstância. A homenagem do patronato equivale a um preito de admiração à memória do poeta que se ligou a uma nobre causa e por ela padeceu o degredo e a morte expatriada. Iluminado por um sentimento de justiça, de independência, de anticolonialismo, Tomás Antônio Gonzaga legou-nos, ultrapassando a sua vocação lírica, a ascendência de uma vocação política sacrificada pela emancipação do Brasil.

Os fundadores da Academia tiveram, ao contrário do que se tem dito, uma iniciativa feliz, ao retirarem do hagiológio pátrio o nome do herói, confiando-lhe o destino de uma Cadeira, que parece fadada a recolher os que, noutros tempos e por outros caminhos, se devotam ao engrandecimento da Nação, decididos a servi-la sem medir esforços.

Já originou observações curiosas a coincidência de ter sido português pelo sangue o patrono da Cadeira 37 e português pela formação literária seu primeiro ocupaste. Silva Ramos, filólogo, pensando e escrevendo em

moldes clássicos, era, realmente, um filho espiritual de Coimbra, exilado no Rio de Janeiro, entre gentes que deslocavam pronomes e abusavam dos gerúndios.

O fenômeno não é novo e o vemos repetir-se na América com desusada frequência. Deriva claramente da herança linguística. Os idiomas dos grandes grupos sociais originários da Europa tendem a retornar aos antepassados, numa forma de hereditariedade semelhante a do mundo biológico.

Fiel à mentalidade de herança, que se fortalecera definitivamente na fase de formação cultural, Silva Ramos não se preocupou em readaptar-se às exigências do meio em que veio viver e trabalhar. Certamente, isso não lhe parecia necessário. A língua era e ainda é o único instrumento de expressão entre os dois povos e o laço mais forte de consangüinidade capaz de manter em conta o íntimo e fraternal brasileiros e portugueses. Ficou tal como veio de Coimbra, exercendo com serenidade compreensiva a missão de mestre da boa linguagem. Foi um gramático, classificação que, apesar de parecer hoje um tanto pejorativa, corresponde exatamente a certos períodos culturais em todas as latitudes. Com a perspectiva do tempo, poderemos dizer que preferiu ser um selecionador a ser um criador. Conhecer e escolher afigurava-se-lhe talvez mais grato que inventar e produzir.

Em 1931, sucedeu a Silva Ramos o Professor José de Alcântara Machado de Oliveira, que, durante um decênio, emprestou à Academia o brilho do seu pensamento e da sua cultura séria e extensa.

Alcântara Machado representava entre nós uma estirpe mental de linhas fortes e bem definidas. Possuía uma formação cultural sólida e de amplos horizontes. Essa formação não se fizera, entretanto, com sacrifício da personalidade, que se constituiu reta e em constante ascensão, obedecendo a fundamentos morais de nítida influência cristã e encerrando, segundo o conceito de Maritain, a totalidade dos atributos humanos. Militante da cátedra, militante da política, exercendo no seu meio tão fecundo — a velha Faculdade de Direito de São Paulo — ação direta e pessoal como professor e mais tarde diretor, foi literariamente um tradicionalista.

As épocas passadas encontravam nele ressonâncias duradouras. Aprendera com Renan a considerar a tradição o mais forte fundamento da idéia de Pátria. Homem do seu tempo, apercebido das realidades atuais, compreensivo e plástico na atuação social, admirava os antepassados, celebrava-lhes os feitos e sentia-se perante eles herdeiro responsável das suas qualidades e virtudes.

O livro de estréia literária de Alcântara Machado – décimo trabalho publicado, porque até aí só as letras jurídicas o preocupavam – é "Vida e Morte do Bandeirante". Todos vós conheceis essas páginas admiráveis. Retratando o viver simples, austero e frugal dos desbravadores e pioneiros das terras altas do Brasil, o autor se entrega a uma tarefa grata aos seus sentimentos tradicionalistas.

Não se trata de um trabalho de pura reconstrução histórica. Por certo, enquadra-se no gênero perfeitamente. Sobra-lhe exatidão documental e a recomposição da vida social da época se desdobra em quadros descritivos quase fotográficos, sem omitir a localização dos fatos, fixando-os à paisagem e aos seus acidentes caracterizadores. Sabia, naturalmente, que a história deriva da geografia.

Colocando as personagens no seu meio, identificando-as com ele, conseguiu apresentá-las completas, talhadas, como deveriam ser na realidade, num único bloco. Ali estavam associados, inseparáveis, os dois elementos conformadores da personalidade de Alcântara Machado: o amor à terra e o culto dos antepassados. Deles tirava, como Barres, a sua lei de equilíbrio no seio de uma sociedade em crescimento, que se alargava em círculos maiores de diversificação à medida que lhe vinham de fora, de outras latitudes, contingentes étnicos de vária origem, portadores de novas forças de conquista e de novos processos de apropriação econômica. Vendo chegar os adventícios, o coração de Alcântara Machado se confrangia e o seu espírito se povoava de interrogações sobre o futuro.

É fora de dúvida que o confronto entre os dois quadros — o da expansão bandeirante e o da incorporação imigratória — sobressaltava-o e enchia-o de temores. A propósito, devemos lembrar uma passagem do discurso que pronunciou na Academia Paulista de Letras, em setembro de 1940.

> "Porque não nos iludamos, dizia. Aqui está se desenrolando a luta silenciosa e subterrânea, mas incessante e encarniçada, dos adventícios entre si e de todos contra nós. Agrava-se de momento a momento o perigo, já anunciado por alguém, de nos tornarmos uma colônia como as demais neste chão conquistado, fecundado e mantido ileso pela coragem e pelo trabalho dos nossos maiores.
>
> Por mais que se digam, e mesmo que sinceramente se esforcem por ser brasileiros, não o são, nem podem sê-lo, os recém-chegados. Faltam-lhes aquela integração no espírito da grei, aquela impregnação profunda da

> sensibilidade pela natureza, que vem do nosso lastro hereditário e determina o nosso modo e a nossa razão de ser. À ação de presença desses representantes de raças tão distantes, preocupados com a satisfação de interesses imediatos, não será ousadia atribuir o declínio sensível das nossas virtudes tradicionais.
>
> Aí está o que nos deve apavorar. É a possibilidade de que um dia se desnature a alma coletiva, substituída por outra, feita de retalhos de tecidos disparatados. Retomam-se províncias arrancadas pelo inimigo; mas, não se consegue jamais reaver consciências anexadas ao estrangeiro. Contra essa eventualidade, tornada mais temerária hoje em dia pelas tendências dominantes em certos países, que convertem cada emigrado em instrumento de expansão imperialista, urge que mobilizemos todas as energias."

As palavras de Alcântara Machado no discurso citado são as últimas que se lhe ouviram antes que a morte o roubasse ao convívio dos amigos e ao serviço das letras. Poderíamos considerá-las o seu testamento patriótico em face das provações da nova guerra e das incertezas do futuro para as nações jovens, de fraca densidade demográfica, abertas à imigração e desarmadas. Mostram, ainda, como era forte, no conjunto das suas qualidades de homem culto, o sentido da responsabilidade pública, sempre alertado nas situações em que teve de atuar, como professor, político, historiador, escritor ou jurista. E não é demais acentuar o equilíbrio, a serenidade, a dignidade das suas atitudes nos prélios onde foi chamado a opinar. Na cátedra, na tribuna parlamentar, nos concílios partidários, era sempre o mesmo — fidalgo na compostura, discreto no dissentir, firme sem jactâncias, lúcido no pensar e elegante no dizer.

Como instrumento de expressão a linguagem por ele usada em todas as circunstâncias aparecia dúctil, pulcra, transparente, cheia de ressonâncias clássicas, revelando um escritor com recursos excepcionais de estilo e de idéias. Em Alcântara Machado podemos comprovar o acerto de Sainte-Beuve quando afirma que — "um pensamento firme e vivo já se apresenta necessariamente com a sua forma completa de expressão".

Antes de ir adiante, quero anotar uma observação marginal sobre a atitude do autor de "Vida e Morte do Bandeirante" relativamente ao problema da assimilação dos contingentes imigratórios. Já sabemos como era ele amoroso da terra, profundamente enraizado ao solo pátrio. O livro em que evoca, magistral e comovidamente, o pioneirismo paulista dedica-o a membros da

família, remontando a "Antônio de Oliveira, chegado a São Vicente em 1532". Reata, assim, os laços de ascendência a velhos troncos patrícios dos primórdios da colonização portuguesa.

Alguns anos antes — eis o curioso desencontro — Antônio de Alcântara Machado, filho mais velho do nosso ilustre companheiro, publicava o seu primeiro trabalho literário, dando-lhe por título os nomes de três bairros populares de São Paulo e dedicando-os "aos novos mamelucos", isto é, aos pioneiros do progresso paulista nos dias recentes do fluxo imigratório. E, ao invés de escrevê-lo na linguagem apurada que tanto elevou o nome do pai como escritor, utilizou-se do idioma dialetado dos descendentes de italianos, fazendo excelente literatura com os casos do cotidiano, nas ruas movimentadas dos bairros industriais.

Aparecia, flagrante, a contradição. Para o filho os bandeirantes do pai valiam tanto quanto os seus condes papalinos, os seus pequenos industriais prósperos e outros humildes adventícios, construtores anônimos do engrandecimento da cidade. Enquanto aquele evocava, orgulhoso, os sertanistas e desbravadores da era do ouro e das pedras, o outro olhava com admiração os homens novos, lutando dentro da floresta das chaminés fumegantes, espetadas irreverentemente para os céus.

Compreendemos, desde logo, o antagonismo das duas gerações representadas pelo pai e o filho, com as suas transformações de mentalidade e diferenciação social. Com quem estaria a razão? Talvez Alcântara Machado houvesse formulado a pergunta a si mesmo e nos tivesse dado a resposta na passagem da magnífica oração acadêmica anteriormente lembrada. Fácil seria certamente resolver o dissídio sem recusar razões a ambos. Limitemo-nos, porém, à anotação do fato em si, evitando juízos que os mortos não podem contestar e aproveitando-o para mostrar como se apresenta, nos nossos dias, imperioso e contingente, o problema da incorporação dos imigrantes aos núcleos da população nacional. A atualidade, com os tremendos ensinamentos da guerra, está a indicar o único caminho possível: apressarmos, por todos os meios, a transformação dos adventícios em autênticos e bons brasileiros.

Depois desta digressão, retomemos o fio das considerações anteriores para fixar aspectos singulares da fisionomia moral de Alcântara Machado e marcar os ritmos da sua marcha vitoriosa desde os bancos acadêmicos até alcançar o mais alto plano da consagração literária.

Todos os adolescentes — opinam alguns psicólogos demasiado imã ginosos — levam consigo, ao entrar no mundo dos descobrimentos e

surpresas que a idade lhes reserva, um arquétipo, um modelo da personalidade, "aquele que desejariam ser" e cuja maneira de viver desejariam repetir. Escolhido o modelo procuram imitá-lo pelos anos a fora, muitos sem êxito, outros com simples aproximações, alguns logo desiludidos da difícil empresa. Há ainda os que se desencantam nas primeiras experiências de adaptação e os que teimam em seguir padrões antípodas e incompatíveis com as tendências do temperamento e as condições de tempo e de meio. São, geralmente, os casos que mais se fazem notar pelo disparatado dos contrastes e a incongruência das atitudes postiças e caricaturescas. Não vemos por aí, com tanta freqüência, tartamudos que se julgam Demóstenes; pesquisadores de biblioteca que se consideram grandes eruditos; militares, políticos e estadistas empolgados pela imitação das figuras históricas de Napoleão, Alexandre e César? Quantos desses desencontros, dessas falsificações de modelos estarão a interferir desastrosamente no destino dos homens e dos povos?

Se tomássemos a sério a estranha teoria as verificações da sua aplicação haveriam de ser decepcionantes. Não, certamente, em relação a homens como Alcântara Machado, cujo arquétipo nenhum trabalho daria descobrir, tal a confessada fidelidade com que o seguiu, honrando- o consciente e exemplarmente. Nunca o ocultou e em todas as circunstâncias teve-o presente como supremo mentor das suas diretrizes morais e das suas conquistas de homem de pensamento. Era o pai, era Brasílio Machado, cuja biografia escreveu com tanto carinho e devoção filial.

De Alcântara Machado podemos dizer que foi um menino-moço. Cresceu e educou-se sob a direta e imediata influência paterna. Brasílio Machado, professor, advogado, político e orador, marcou-lhe os rumos da existência desde os passos iniciais. Precoce, reconcentrado, estudioso — aos 21 anos se fazia professor na mesma escola onde pontificara o pai. A tese com que disputou a cadeira — um trabalho completo sobre medicina legal — revelou-o uma inteligência vigorosa, honesta e armada com os melhores recursos da cultura jurídica e das letras clássicas. Daí por diante, nenhuma hesitação na marcha. Entregou-se a outros trabalhos, como advogado e político, e os realizou com a mesma segurança e elevação de idéias.

Poucos contatos pessoais tive com Alcântara Machado para considerar-me habilitado a falar do seu feitio íntimo, das linhas do seu caráter, dos seus sentimentos e reações diante dos atos humanos e dos acontecimentos sociais. O que recolhi, porém, confirma substancialmente o testemunho dos amigos e

dos que o conheceram mais de perto. Muitos se referem à sua bondade acolhedora, à timidez que parecia dominar-lhe os movimentos e dar a quem não o conhecia uma falsa impressão de soberba e superioridade estudada.

Não me parece que esse fosse, realmente, o "defeito honesto" do seu caráter. A timidez nos espíritos cultos e sensitivos, fáceis de ser atingidos simultaneamente pelos caminhos da emoção e da inteligência, não passa mais das vezes de uma disposição espontânea da personalidade. O tímido é geralmente um fraco de vontade. Nas suscetibilidade exageradas, nas tensões e afrouxamentos das reações nervosas, ora amortecidas, ora abruptas, deixasse surpreender aos primeiros contatos. Faltam-lhe, por isso mesmo, nas ações e na maneira de comportar-se, os nexos de continuidade e de serenidade, que são visíveis e persistentes nos temperamentos equilibrados, sadios e fortes.

Alcântara Machado escapava, evidentemente, à classificação de tímido. Nos atos e nos modos de agir demonstrou sempre uma coragem serena e uma vontade firme. Poderiam levá-lo por convencimento a transigir, mas não o obrigariam jamais a desistir por imposição ou temor. Era, apesar disso — afirmam quantos lhe desfrutaram a convivência e o trato fidalgo — um afetivo. Não se confiava facilmente a intimidades, mas reservava para os amigos uma constante e enternecida assistência. O que o fazia parco em expansões e o colocava na posição de quem não quer ser visto talvez fosse o receio de parecer falso e metediço, quando o seu empenho maior consistia em guardar fidelidade a si mesmo.

Pertencendo a uma geração de crise — a de 1890 — teve oportunidade de conhecer períodos de depressão, de prosperidade geral e de sérios traumatismos políticos. Recolhera, na fase de formação, as últimas influências do romantismo e sofreu as primeiras inquietações do século. Explica-se, assim, porque ao atingir a idade madura, desfeitas muitas ilusões e embebido de resignação cristã, viesse a considerar "a vida uma grande lição de humildade".

Os últimos anos de existência consagrou-os Alcântara Machado a dois trabalhos totalmente diferentes: a biografia de Brasílio Machado e o Código Criminal Brasileiro.

O estudo biográfico do pai assinala mais um marco definitivo na carreira do escritor. Executou-o com cuidados enternecidos. O perfil do notável professor vale por uma perfeita reprodução da sua personalidade. Brasílio Machado possuía, indiscutivelmente, títulos de sobra para destacar-se no meio em que viveu e atuou. A inteligência pronta, a cultura jurídica, a

combatividade, faziam-no admirado e respeitado como mestre e causídico. Possuía porte tribunício, flama e audácias verbais de autêntico orador. Era, também, capaz de devotar-se a causas nobres e desinteressadas. Firme de caráter e de convicções, quando renunciou às lutas partidárias não o fez para encerrar- se no cômodo silêncio do conformismo. Católico praticante, antes dos 20 anos converte à religião o próprio pai, velho brigadeiro maçom, anticlerical, excelente protótipo dos homens do Primeiro Império. Completa, afinal, brilhantemente o ciclo da sua projeção social, batendo-se, como diria o filho, "pela recristianização do Brasil, pela volta ao espiritualismo de uma terra que ao espiritualismo cristão deve em grande parte seu crescimento e sua unidade".

O jurista, em Alcântara Machado, antecipou-se ao homem de letras. A parte mais sólida da sua cultura, a sistemática dos conhecimentos, a orientação filosófica, foram aquisições feitas na mocidade, durante o curso de Direito, na velha e gloriosa Faculdade de São Paulo. Ao ingressar no professorado a sua mentalidade já estava definitivamente conformada e apta a aplicar- se com seguro equilíbrio Foi, por isso, um mestre completo e um causídico de rara proficiência.

A organização do Código Criminal vem a ser, por conseguinte, uma espécie de coroamento das atividades do jurista, do professor e do advogado. Foi-lhe confiada numa hora de transição política, quando se mudavam as instituições para cuja adoção o parlamentar decisivamente contribuíra. Lembro a circunstância para salientar como o político sabia sobrepor-se, serena e patrioticamente, às contingências dos acontecimentos. Esquecendo-se de si, superior às suscetibilidade e às decepções, esteve sempre pronto a aplicar o saber e a sacrificar as comodidades pessoais em proveito das iniciativas úteis à coletividade.

Apraz-me destacar, mais uma vez, esse traço marcante da personalidade de Alcântara Machado. O sentido da solidariedade humana era nele tão forte como a vontade de realizar. Pensava certamente com Montaigne que "quem não vive de algum modo para os outros mal vive para si".

Nas atividades de acadêmico conduziu- se com idêntica elevação de espírito. Já o disseram melhor do que eu, por ocasião da sua morte, os eminentes confrades congregados em sessão para celebrar-lhe a memória. No acervo dos seus trabalhos, as orações acadêmicas representam uma contribuição literária destinada a durar e a incorporar- se ao patrimônio cultural do país. São páginas vigorosas de penetração crítica, saturadas de sentido

humanista, onde o escritor se mostra na plenitude dos seus recursos de expressão. Lembremos, nos discursos de posse e recepção que pronunciou, os juízos sobre Silva Ramos, Luiz Guimarães Júnior, João Ribeiro e Joaquim Nabuco. A precisão dos conceitos, o exame das ascendências culturais e os nexos históricos indispensáveis em trabalhos críticos de ampla estruturação, transformam os perfis traçados numa galeria rica de conteúdo espiritual e de interesse humano.

Alcântara Machado trouxe para os trabalhos acadêmicos a sua deslumbrada capacidade de compreender e aquilatar, sem restrições ideológicas e preconceitos de escola, os valores fecundos da inteligência. Acreditava no préstimo social dos intelectuais e na função política da literatura.

A existência de instituições como a nossa não encontraria justificação plausível no conjunto das atividades sociais se limitássemos a sua esfera de ação à tarefa de selecionar e consagrar, dentro das fronteiras do país, as glórias literárias. É o que se pode concluir também, atentando para a feição peculiar da obra de Alcântara Machado e evocando as palavras magistrais da parte final da sua oração de posse, quando afirma caber à Academia, "que é a expressão luminosa do pensamento e da sensibilidade nacionais, o dever, de que jamais desertou, de apertar os elos de solidariedade, por uma compreensão e um conhecimento mais perfeitos, entre os brasileiros de todos os Estados".

Encerra essa afirmação todo um programa de atuação construtiva e nacionalizadora. A Academia, preciso é reconhecer, já começou a executá-lo desde o momento em que abriu as portas da imortalidade aos representantes da inteligência brasileira vindos dos diversos quadrantes geográficos e considerados expoentes legítimos nas letras, na sociologia, na medicina, na administração e nas ciências em geral. Cumpre-lhe, apenas, desenvolvê- lo, ampliá-lo, exercendo uma espécie de judicatura sobre a vida mental do país, preparando uma atmosfera de interesse e de respeito pelas criações intelectuais, estimulando as vocações e facilitando-lhes o acesso às fontes de revigoramento e renovação espiritual.

O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm de recair necessariamente sobre os intelectuais e os homens de pensamento. A Academia Brasileira de Letras não reúne a todos, mas dispõe de meios para congregá-los, oferecendo o exemplo dos seus ilustres membros, que não se recusarão a consagrar a tão alta empresa o que melhor possuem como expressão de inteligência, de generosidade, de fé patriótica.

As Tradições Pan-Americanistas do Brasil e do Peru

O povo brasileiro recebe com alegria a honrosa visita de Vossa Excelência ao nosso país, tão profundamente ligado à nobre Nação peruana por laços de uma amizade secular, consolidada na coexistência pacífica de bons vizinhos e na comunhão constante de ideais e propósitos.

Junto atravessamos o período da formação política e econômica de nossas Pátrias e juntos nos orgulhamos hoje da obra realizada.

Através do esforço tenaz de séculos a fio, conseguimos desmentir todos os preconceitos do determinismo geográfico e construir nos trópicos uma civilização surpreendente pelo seu vigor, pela vitalidade de suas instituições e pela nobreza de seus padrões morais.

É bem verdade que não logramos atingir ainda o grau de evolução dos povos que se fixaram em climas mais propícios ao trabalho e em terras mais aquinhoadas pela natureza. Persistem ainda em muitos de nossos países condições precárias de vida para as populações locais.

Esse desenvolvimento ainda incompleto de nossas economias é a causa eficiente da inquietação social e política que subsiste ainda em algumas das Repúblicas americanas. A instabilidade das instituições políticas decresce com a nossa evolução econômica. Quando a fase do subdesenvolvimento de nossos recursos materiais estiver superada, teremos atingido o equilíbrio da maturidade política.

A América Latina está fadada a um papel preponderante no campo das relações internacionais. Jamais no decurso da história existiu um bloco tão numeroso de nações, irmanadas pelos laços de uma doutrina generosa, baseada no respeito mútuo e na comunhão de ideais, de instituições e de finalidades, qual seja o pan-americanismo. O sistema de princípios e normas que liga os Estados americanos se diferencia essencialmente das alianças da experiência passada, em que as Nações se reuniam exclusivamente sob a pressão de interesses egoísticos de auto defesa ou por desígnios arrogantes de agressão. Não tememos os nossos vizinhos, não cobiçamos terras alheias. O que desejamos é a coexistência pacífica, a colaboração recíproca e cordial para o desenvolvimento do continente.

Através dos anos, em meio a um mundo conturbado por conflitos de toda a ordem, na prática consuetudinária da amizade e da boa vizinhança, soubemos preservar, pura nos seus princípios e consolidada nas normas jurídicas, essa doutrina que é, por sua essência, contrária aos propósitos de hegemonia e predomínio.

Tal unidade política e espiritual, que resistiu aos embates de duas conflagrações mundiais, cada vez mais se afirma como instrumento de manutenção da paz e postergação das soluções violentas.

Fiel às tradições do pan-americanismo, o Brasil está sempre disposto a colaborar na solução dos problemas de interesse coletivo, embora adote também, como norma invariável, a abstenção de interferir em assuntos que afetem a política interna de qualquer outro país.

Hoje, quando a ameaça sombria de uma Ideologia tentacular se alastra por todo o mundo, mais necessária se faz a nossa coesão em torno daqueles princípios salutares. E é unicamente na salvaguarda desse sistema que repousa o mecanismo da segurança continental, para a custódia de nossas instituições democráticas e da nessa maneira pacífica de viver.

Na obra da manutenção da essência da política continental e do clima de paz e de boa vizinhança, o Brasil sempre contou com o Peru e o Peru com o Brasil.

Empenhados agora, ambos os países, num esforço denodado pelo desenvolvimento integral de seus recursos, urge que estreitemos ainda mais os laços que nos unem, através do incentivo ao intercâmbio de nossos produtos. As economias de nossos dois países se assemelham e onde diferem se complementam.

É com satisfação que a América acompanha a política construtiva empreendida no Peru pelo Governo de V. Exa., com a mobilização das forças econômicas, a exploração das riquezas do subsolo e o reaparelhamento industrial.

Esse esforço corresponde a um movimento que se generaliza e que traduz os anseios de todos os países do continente. Os resultados já colhidos nos permitem antever para dias não muito remotos a completa redenção econômica da América Latina da estagnação das economias coloniais.

Os meus votos são para que os nossos dois países marchem unidos, amigos, solidários, na vanguarda desse movimento de afirmação do poder criador e civilizador dos nossos povos. Na segurança dos princípios jurídicos do pan-americanismo, encontramos o clima de paz e de concórdia que nos permite trabalhar e produzir sem ameaças ou temores. Na exploração plena de nossos recursos está a fase física da nossa estabilidade política.

Renovo, Senhor Presidente, a expressão dos gratos sentimentos com que o povo brasileiro recebe a sua visita e estendo minhas homenagens à Senhora Odria, formulando os melhores votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência, Chefe da Nação Peruana, soldado ilustre e nobre cidadão da América.

Um acontecimento de alto alcance para a evolução das relações entre os países do continente americano

Senhor Presidente. É-me grato manifestar a Vossa Excelência o apreço e o afeto com que a Nação brasileira acolhe a sua visita, a qual não significa apenas a presença, entre nós, do Chefe de uma Nação amiga, mas também, um acontecimento do mais alto alcance para a evolução das relações entre os países do continente americano. Embora geograficamente distantes, os nossos dois países se unem e se congraçam na sua fidelidade comum aos nobres ideais da solidariedade continental e da fraternidade entre os povos da América.

Creio firmemente, Senhor Presidente, que, em face da madureza espiritual e política dos povos americanos, força alguma jamais conseguirá entorpecer, enfraquecer, ou dividir a comunhão em que vivemos, porque a corrente impetuosa deste movimento vai encontrar sua origem nas próprias causas históricas que ditaram a formação das nossas nacionalidades.

É o pan-americanismo uma semente fecunda da paz, da harmonia, do progresso, de prestígio internacional, porque resulta de um livre consentimento, de um espírito associativo que não impõe restrições à personalidade das nações, mas as reúne em torno de um ideal comum, em uma família dentro da qual, mercê de Deus, reina indectível amor aos postulados morais e jurídicos, que inspiram, mais do que a simples coexistência, o convívio fraternal entre os povos deste continente.

Por tudo isso e pela cordial amizade que une os nossos países, já demonstrada em constantes provas de mútuo e afetuoso entendimento, a visita de Vossa Excelência, a par de poderoso estímulo para as nossas relações políticas, culturais e econômicas, contribuirá, sem dúvida, no sentido de reforçar os vínculos da solidariedade continental.

A amizade tradicional, reinante entre a Nicarágua e o Brasil, funda-se no conceito da igualdade das nações, no respeito mútuo a um só ideal de comunhão americana, no destino, que a História nos traçou, de trabalharmos juntos pela paz, pela harmonia, pelo convívio, cada vez mais intenso, sempre mais profícuo e mais fértil, entre os povos irmãos da América.

Deseja o meu Governo envidar todos os esforços para conseguir o desenvolvimento do intercâmbio econômico e cultural entre os nossos países. Estou seguro de que a grata visita de Vossa Excelência ao Brasil ficará assinalada como o marco inicial de uma nova fase de progresso nas nossas relações.

Cônscio da prosperidade e da fartura de que goza a Nicarágua, o Povo brasileiro deseja uma aproximação maior entre os nossos dois países. Nação organizada, com as suas finanças equilibradas, dotada de moderna e bem aparelhada maquinaria agrícola, contando com excelente rede rodoviária, a Nicarágua contribui efetivamente, com os produtos de sua agricultura e pecuária, para o desenvolvimento econômico e financeiro de toda a América Central.

Ergo minha taça, Senhor Presidente, pela prosperidade da República de Nicarágua e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e de Sua Excelentíssima esposa, assim manifestando os meus sentimentos pessoais, os de meu Governo e os do povo brasileiro.

Discurso pronunciado pelo Presidente na Embaixada de Espanha, em 12 de outubro de 1953

Senhor Embaixador de Espanha,
Senhor Duque de Veragua,
Senhores Embaixadores,

Bem podeis compreender a minha profunda satisfação ao celebrar convosco, nesta casa acolhedora de Espanha, o dia de tanta glória para vossa pátria e de tantas inspirações para todos os povos americanos.

Esse júbilo que nos congrega é ainda maior pela presença do fidalgo ilustre, o Duque de Verágua, em cuja linhagem se preservam o sangue e a fibra do navegador imortal, do herói iluminado que partiu das vossas plagas sonhadoras para desvendar, nos confins do Mar Tenebroso, o nosso mundo de esperança.

Com o esforço estóico e com o sacrifício secular dos colonizadores ibéricos, consumou-se a obra histórica da Grande Aventura que abriu caminho para implantar a fé e a civilização cristã em nosso continente.

Nessa cruzada de além-mar, a Península empenhou a sua alma, a vida de seus filhos, o seu destino, transportando para terras distantes a pujança de sua seiva criadora, sem trazer consigo os rancores, os dissídios e os preconceitos que no Velho Mundo constituíram o tributo da sua formação.

Não medraram na América as lutas religiosas, nem as guerras dinásticas. Não vingaram aqui as animosidades raciais. Porque as nossas

economias se completam, pudemos desenvolver as nossas riquezas, sem as lutas da cobiça e do expansionismo imperialista, resultantes das competições de comércio e mercado. Nestas paragens abençoadas os povos se formaram e prosperam no amor à liberdade, no respeito às crenças e no senso de fraternidade humana.

Embora conquistada a sua independência pela força das armas, as Nações americanas souberam salvaguardar e fortalecer os laços de afeto e gratidão que as unem às terras dos intrépidos e abnegados desbravadores. A esses vínculos espirituais e históricos seremos sempre fiéis. Quaisquer outros, que ainda importem na submissão política ou econômica de um rincão americano, não correspondem às aspirações continentais. A América só terá realizado plenamente o seu destino histórico e cumprido a sua vocação de liberdade quando não mais perdurarem neste hemisfério os derradeiros vestígios e os últimos resíduos de um ciclo já ultrapassado da sua evolução política.

Para tornar-se, ainda mais, um baluarte na luta contra o imperialismo ideológico, a América não pode ficar insensível aos anseios de emancipação política e libertação social que dominam o mundo moderno, quando, sob a bandeira desses ideais, até mesmo velhos povos despertam da letargia milenar.

Esperemos que não tarde o dia em que os territórios americanos, ainda sob a condição inferior do estatuto colonial, possam encontrar, através de meios pacíficos e com a compreensão e a ajuda das velhas metrópoles, o caminho que os conduzirá à categoria de novos membros soberanos, ordeiros e laboriosos, da comunidade das Nações.

Não proclamamos o ideal da América para os americanos como uma forma de isolacionismo egoísta ou de xenofobia agressiva. Ao contrário, libertos de qualquer tutela e organizando a sua própria existência autônoma, os povos deste Hemisfério estarão melhor capacitados para levar ao mundo a ajuda e a cooperação, na solução dos seus problemas, no remédio dos seus males, no alívio de suas crises e na partilha em comum de suas esperanças.

Muitos dos povos que habitam este Continente e que ainda não lograram a emancipação nacional, já atingiram, pelo trabalho e pela cultura, o grau de maioridade política, a preparação para o exercício dos direitos soberanos e a capacidade de autodeterminação, que lhes permitem emergir de um regime ainda existente de subordinação, para participar, numa base de igualdade e independência, dos benefícios da comunhão americana e das responsabilidades da sociedade internacional.

Façamos votos para que, ainda em nossa geração, se apaguem essas sobrevivências anacrônicas, que tanto sombreiam a moldura de independência, em que se enquadram as Pátrias americanas e todos possam, senhores de seus próprios destinos, usufruir o bem supremo da liberdade.

Senhores, cultivemos os nossos ideais comuns, os da civilização cristã e os da América livre, com a mesma fé inquebrantável que foi, para o espírito visionário de Colombo e o arrojo pioneiro de Cabral, a bússola guiadora em meio a descrença dos homens e os perigos dos mares desconhecidos.

Neste mundo novo, reflorescem as esperanças da humanidade. Somos o reino prometido, refúgio dos anseios generosos, o aceno de uma vida melhor para quantos demandam as nossas terras. Somos o exemplo de um convívio pacífico de Povos amigos.

Muito devemos à Ibéria pioneira e colonizadora. Brindemos ao seu gênio criador e, nas evocações que este dia nos sugere, reafirmemos a nossa fidelidade às tradições cristãs e às virtudes varonis que ela implantou para sempre em nossa alma.

Discurso pronunciado, no banquete oferecido aos representantes diplomáticos estrangeiros, em 5 de julho de 1931

O reconhecimento imediato do Governo Provisório e, poucos dias depois, as saudações que, a 1° de janeiro do corrente ano, vos dignastes de trazer-me em nome dos soberanos e chefes de Estado, que aqui dignamente representais, muito me sensibilizaram e repercutiram profundamente no espirito do povo brasileiro, pela significação que devem ter aqueles fatos como prova de confiança no atual regime e de perfeita compreensão das origens, dos propósitos e dos altos objetivos do movimento nacional que se operou no Brasil. Esse movimento, de largas e profundas projeções, se processou lentamente, com orientação segura e consciente, podendo dizer-se que foi mais uma evolução natural das aspirações do país do que uma revolução no sentido menos complexo dessa palavra.

O atual regime, criado pela vontade soberana do povo, com o apoio patriótico do elemento civil e das classes militares, é o da nação consolidada na lei e firmemente deliberada a progredir dentro da ordem e a viver em paz com todos os povos da terra. Preocupado com a pesada tarefa da administração já de si mesma árdua e difícil, e agravada nesta quadra pela crise que perturba as forças econômicas de cada Estado e a vida de relação entre todos, o Governo Provisório enfrentou corajosamente os graves problemas que lhe foram legados pelo extinto regime e já antevê os resultados promissores do apelo feito à Nação e por ela aceito com o mais admirável espirito de sacrifício.

O Brasil trabalha e produz, economiza e progride, mantém-se fiel aos seus compromissos e procura cooperar para tudo quanto possa facilitar o entendimento econômico e político dos povos e afastar as causas do mal-estar social que *caracteriza* esta fase dramática do mundo contemporâneo. O nosso espirito de cooperação é instintivo e fundamental da nossa raça como o provam numerosos fatos da vida internacional: o nosso idealismo, a nossa confiança nos princípios imutáveis da justiça, a nossa fé na arbitragem para solução pacifica dos conflitos entre Estados, são qualidades inatas da nossa coletividade. Com esses atributos essenciais do espirito brasileiro, encaramos com confiança o futuro e estaremos sempre dispostos a colaborar com todos os povos para a organização de uma sociedade internacional mais humana e, por isso mesmo, mais feliz.

A complexidade crescente da vida moderna, a sensibilidade dos fenômenos econômicos e financeiros, fazendo com que os fatos ocorridos num país tenham imediata repercussão sobre os outros, não permitem o isolamento dos grupos nacionais, entre barreiras intransponíveis. É natural que cada país procure amparar e estimular sua produção; isso, porém, não importa em repudio ao espirito de cooperação internacional, que cada vez mais aproxima os povos, vinculados por interesses comuns.

Desse espirito de cooperação e claro entendimento dos problemas da atualidade apresenta eloqüente exemplo o gesto do presidente Hoover, propondo a suspensão, por um ano, do pagamento das dividas intergovernamentais, a fim de restabelecer o equilíbrio entre a produção e o trabalho.

Por sua vez, o governo chileno conclama os povos americanos a uma cooperação mais eficiente, com o intuito de atenuar os efeitos da crise comercial, econômica e financeira, que abala a economia mundial. Essas duas inciativas, embora com modalidades diferentes, colimam objetivos comuns.

As tradicionais relações que sempre existiram, entre o meu país e todos aqueles cujos dignos chefes de missão nos honram, aqui, com sua presença, se consolidam dia a dia e terão sempre em mim um esforçado e sincero colaborador.

Na parte referente ao intercâmbio comercial que constitui certamente uma das bases mais seguras do bom entendimento político, são conhecidas as diretrizes do meu governo, em cujo programa se inclui a idéia dos tratados de comércio, sem preferências odiosas, mas inspirados por normas claras

de uma política econômica sincera e leal e norteado no sentido da garantia e da equidade pela aceitação da cláusula de nação mais favorecida.

Os economistas modernos se preocupam com a complicação e a inconveniência da multiplicidade dos tratados bilaterais de comércio, e procuram demonstrar as vantagens de sua substituição por uma regulamentação coletiva única, "um direito verdadeiramente internacional, obrigatório para todos os Estados, e que permita ao comércio internacional orientar-se por toda parte e sempre com a facilidade de que se acha ele privado sob o império das numeras convenções bilaterais". Esse ideal, inscrito pelo presidente Wilson em um dos famosos pontos do seu programa de paz, tende à abolição, tanto quanto possível, de todas as barreiras econômicas e ao estabelecimento da igualdade nas condições de comércio entre todas as nações que aceitam a paz e se associam à sua manutenção". Ainda na prossecução desse ideal, a Sociedade das Nações estabeleceu, no artigo 23 do seu Pacto, como principio de política econômica, "o tratamento eqüitativo do comércio de todos os membros da Sociedade".

Infelizmente, todos esses esforços no sentido do tratamento igualitário do comércio internacional pelos diversos governos do mundo, têm ficado ainda em simples fórmulas vagas, expressas apenas na letra morta de alguns textos históricos. Mas a cláusula da nação mais favorecida facilita a concepção universal de igualdade de comércio, e não é incompatível com o ajuste de certas fórmulas condicionais ou de reciprocidade, nem com o tratamento especial imposto em certos casos para os países limítrofes.

Rigorosamente fiel aos compromissos assumidos pela Nação, reconhecendo a validade dos contratos, garantindo no mesmo pé de igualdade os direitos civis de nacionais e estrangeiros, prestando o seu concurso à cooperação entre os povos, amando e cultivando a paz *externa* com o mesmo ardor com que assegura na ordem interna a liberdade civil, o meu governo executa a obra visada pelas grandes forças morais que fundaram o novo regime e encara com plena confiança o futuro.

Agradecendo-vos, Sr. núncio, senhores embaixadores, ministros e encarregados de negócios, a vossa presença a este banquete de cordialidade e a leal cooperação com que vindes facilitando o trato internacional entre o meu e os vossos governos, ergo a minha taça em honra de Sua Santidade o Soberano Pontífice Pio XI, dos Augustos Soberanos e dos eminentes Chefes de Estado de vossos respectivos países, e em vossa própria honra, com os melhores votos de felicidade para cada um de vós e de vossas famílias.

Saudação ao General Agustín Justo, no banquete realizado no Itamaraty, na noite de 7 de outubro de 1933

A visita do supremo magistrado da grande e nobre Nação Argentina é uma honra para o Brasil e motivo de júbilo para a América. Reafirmando a tradicional amizade que sempre uniu os dois povos vizinhos, o ato que celebramos, com sincero desvanecimento, perde o caráter de simples cortesia diplomática, para assumir as proporções de verdadeiro acontecimento continental.

O ambiente de cordialidade e de estreita simpatia existente entre as nações não é resultado exclusivo da vontade e da sabedoria dos seus estadistas; reflete, principalmente, os imperativos da opinião publica, sempre vigilante e clarividente, no sentir e apreender os legítimos interesses das nacionalidades.

Comprovando o asserto, podemos afirmar que os governos do Brasil e da Argentina, procurando sempre fortalecer a aproximação dos dois países, obedecem a impulsos e inclinações espontâneas da opinião pública, que, da mesma fôrma, se constrange e reage quando elementos transviados por paixões subalternas ou por sentimentos de violência tentam perturbar-lhes as boas relações e amistosa convivência. Reforço a afirmativa com a minha observação pessoal.

Nascido e criado junto à fronteira com a Argentina, em contato permanente com o seu interior fecundo e laborioso, pude testemunhar quanto a população ativa e construtora da grande República se manifesta nossa amiga, animada de idênticas disposições e integrada na mesma corrente recíproca

de simpatias populares. A presença de V. Exa. entre nós é bem a vitória de tendências e desejos do povo argentino e do povo brasileiro para mais se conhecerem e se aproximarem.

Aquiescendo ao nosso convite, inspirado nessa política de confraternização e feito num momento de tão serias preocupações internas e internacionais para os povos civilizados, deu-nos V. Exa. o testemunho de que o governo dos dois países tem exata compreensão do espírito de solidariedade histórica que os une e da responsabilidade que, ao lado das demais nações do Continente, lhes cabe nos destinos da América.

A *amizade* argentino-brasileira é tradição arraigada na alma dos dois povos; iniciou-se como imperativo das nossas condições históricas e desenvolveu- se pela ação da inteligência de cidadãos eminentes das duas Pátrias, cujos nomes se impõe evocar nesta solenidade.

Avulta, entre eles, um dos vossos, Bartholomé Mitre, glorioso pelos seus feitos militares e ainda mais notável pelas suas virtudes de homem público e clara visão de estadista. Paladino infatigável das nossas relações de fraternidade, ao justificar a missão que há mais de meio século o trouxera ao Rio de Janeiro, acentuou que ela se destinava a consolidar a amizade argentino-brasileira "no presente e no futuro, sob os auspícios do direito, em nome dos interesses recíprocos, com passo firme e tranqüilo, até aos grandes e pacíficos destinos que estão reservados aos povos livres e civilizados".

Palavras de tão alta significação expressavam completa afinidade de pensamento com as pronunciadas, pouco antes, em Buenos Aires, pelo primeiro Paranhos de Rio Branco, quando afirmou estar "persuadido de que os povos vizinhos não nasceram para se odiarem, mas para se amarem, se respeitarem e auxiliarem reciprocamente".

Outro dos vossos, também eminente por muitos títulos, Saenz Pena, colaborador na obra de solidariedade continental, perseverantemente executada pelo segundo Paranhos de Rio Branco, sintetizou o mesmo pensamento, na frase hoje famosa e consagrada — "Tudo nos une, nada nos separa".

De modo preciso e eloqüente, a conduta política seguida pelos dois países exprime um estado de consciência nacional, que as vozes de grandes homens argentinos e brasileiros interpretaram e definiram solenemente. Assim o reconhecendo, cumpre-nos manter e aperfeiçoar essa conduta, transformando-a em norma de entendimento construtor e inteligente, para mais nos vincularmos e melhor resolvermos os nossos problemas recíprocos.

Assinalando tão excepcional oportunidade, vamos celebrar atos que reafirmam os nossos pendores pacifistas no convívio internacional. Embora restringindo as suas obrigações aos dois países que os subscrevem, esses atos hão de, necessariamente, repercutir no ambiente americano, mostrando que é possível orientar e garantir o progresso das nações dentro de um elevado espirito de cooperação, afiançado pelo mútuo respeito de suas soberanias e interesses.

Com necessidades, aspectos e aspirações próprias, a América pode, até certo ponto, instituir, para si, princípios de coexistência internacional, baseados numa mesma comunhão de sentimentos e ideais, condensando as condições peculiares de sua vida perante o mundo e fazendo escutar a sua voz timbrada por vivo anseio de solidariedade humana, capazes de influir sobre a orientação dos outros povos ou, pelo menos, de preservá-la dos males que os afligem e de funestos desentendimentos futuros.

Senhor Presidente: Vossa Excelência, alta patente do glorioso Exército Argentino, homem de Governo e Chefe de um grande e rico Estado, tendo uma longa existência, dedicada com nobre desinteresse e brilhante atuação ao serviço da Pátria, é recebido pelo povo brasileiro entre espontâneas manifestações de fraternal acolhimento e carinhoso respeito. Não há, em meu país, quem não se julgue honrado com a visita de Vossa Excelência e não admire a confiança e firmeza com que se entregou à grande obra de confraternização argentino-brasileira.

Sinto-me intimamente regozijado ao saudar Vossa Excelência, para oferecer-lhe a hospitalidade afetuosa do Brasil e transmitir-lhe os ardentes votos de todos os brasileiros pelo êxito do seu Governo e pela realização dos altos destinos da Nação Argentina. Em homenagem a Vossa Excelência, pela sua felicidade pessoal e de sua Excelentíssima esposa.

A presença do presidente da nação Argentina no Brasil

Com a República Argentina, além dos atos acima citados, assinamos mais uma série de outros, aproveitando, para isso, a oportunidade auspiciosa da visita com que nos honrou o ilustre Presidente General Agustín P. Justo.

Simples enumeração demonstra a importância e alcance das questões reguladas: intercâmbio artístico e intelectual, permuta de publicações, revisão de textos de ensino de Historia e Geografia, fomento do turismo, exposição de amostras e venda de produtos nacionais, prevenção e repressão do contrabando e regulamentação da navegação aérea.

Ao lado dessas iniciativas, cumpre destacar, pela alta e excepcional expressão de seus objetivos, o tratado antibélico que, consolidando a *amizade* tradicional entre o Brasil e a Argentina, inaugura nova fase na política americana, cujos resultados não tardarão em ser fecundos para a paz continental. A celebração de tais atos bastaria para tornar histórica e memorável a presença, entre nós, do preclaro Presidente da Nação Argentina.

Pela segunda vez, no decurso de cem anos de vida independente, um chefe de Estado argentino afasta-se do poder para trazer-nos o penhor da *amizade do* seu país. Não é acontecimento comum. O Governo Provisório compreendeu-lhe o alcance e significação, dispensando ao ilustre visitante homenagens excepcionais, a que se associou entusiasticamente o povo brasileiro, em manifestações de franca e carinhosa hospitalidade.

Para nações com as responsabilidades da Argentina e do Brasil, compenetradas do papel histórico que lhes foi reservado nos destinos do Continente, essa visita evidencia, exuberantemente, o forte espírito de confraternização e constante desejo que as anima no sentido de concorrer, com os próprios exemplos, para a manutenção da paz, do progresso e do bem-estar da América.

Política Continental

A nossa política na América continua a merecer especial e constante atenção. O Brasil tem vivido e quer continuar a viver na mais estreita união de vistas com os Estados civilizados. Nem pode, mesmo, furtar-se a esse dever de solidariedade humana.

Dadas as condições políticas e econômicas do nosso tempo, é impossível a qualquer país subtrair-se ao convívio internacional; a cooperação e assistência mútua impõem-se, cada vez mais, como fatores essenciais para a estabilidade da paz entre os povos.

Sem esquecer estes imperativos de solidariedade internacional, é, entretanto, para o Continente Americano que se voltam de preferência as nossas atenções. Somos parte não pequena da grande família americana, e esta forma, em todos os sentidos, pela origem, evolução, necessidades e objetivos, um mundo inteiramente distinto, em que nos cabe uma parcela de responsabilidade histórica, que não podemos desprezar e impõe o prosseguimento da nossa política tradicional, sintetizada, há mais de cem anos, na expressão— *sistema americano* — de José Bonifácio, e objetivada na gestão gloriosa do segundo Rio-Branco.

A atitude de isolamento ou de simples desinteresse pelas dificuldades políticas e econômicas, em que se debatem alguns países do Continente, poderá ser cômoda; não será, porém, a mais humana, nem, seguramente, a

que o destino nos reservou, como nação mais extensa e populosa da América do Sul, confinando com quase a totalidade dos países que a compõem.

Ao iniciar a sua administração, o Governo Provisório impressionou-se com o lamentável desentendimento, que meses antes interrompera as relações entre o Peru e o Uruguai. Aceitos os seus bons ofícios, graças ao espirito de conciliação dos dois países, e correspondendo ao nosso empenho, restabelecia-se, pouco depois, a amizade que sempre os uniu.

Não foi menor satisfação ver coroado de êxito o nosso trabalho tendente a reconciliar a Venezuela e o México, cujas relações estavam suspensas desde 1923. Ha quase dois anos, esforça-se o Brasil, em completa e estreita colaboração com outros países americanos, por conseguir que o Paraguai e a Bolívia encontrem uma base de acordo amigável para a solução do conflito do Chaco.

Até o meado do corrente ano, o estudo da questão esteve entregue a uma Comissão de Neutros, especialmente constituída em Washington, da qual faziam parte, além dos Estados Unidos da América, o Uruguai, Colômbia, Cuba e México. Estranhos, embora, a essa comissão, não deixamos de prestar-lhe, durante as suas atividades, completa assistência, no sentido de facilitar-lhe a tarefa de harmonizar as duas nações dissidentes. Continuamos, além disso, a atuar sem interrupção, isolada ou coletivamente, por sugestões próprias ou em apoio às de terceiros, interessados, como nós, na paz do Continente.

Pareceu possível, em dado momento, chegar-se a acordo satisfatório, sob a base de arbitramento, ao firmar-se, na cidade de Mendonza, uma ata de mediação entre os Governos do Chile e da Argentina. Solicitado, por ambos, o Brasil deu-lhes inteiro apoio. Infelizmente, desapareceram logo em seguida todas as esperanças de acomodação pacifica.

Após laboriosas negociações, o lamentável dissídio entrava no seu período agudo, com a declaração de guerra entre a Bolívia e o Paraguai, e a decisão, tomada pela Comissão dos Neutros, de considerar findos os trabalhos de conciliação. Colocando-se na posição jurídica de neutro, o Brasil não se desinteressou politicamente do assunto.

Ao dar por encerrados os seus trabalhos, a referida Comissão entregara a solução do conflito à Liga das Nações. Apesar disso, não hesitamos em propor que se tentasse ainda uma ação conjunta dos países limítrofes com os contendores, no sentido de estudar e sugerir um meio capaz de decidir pacificamente a luta. Não significava a iniciativa do Brasil falta de confiança

na intervenção conciliadora do instituto de Genebra, com o qual colaboramos durante vários anos e cujos esforços para preservar a paz no mundo sempre reconhecemos.

A questão do Chaco assumira para nós, desde o inicio, aspecto genuinamente continental, e sentíamos, em consciência, a obrigação de tentarmos, uma vez mais, antes que se procurasse solução em outro ambiente, resolvê-la no quadro exclusivamente americano, limitado, embora, às nações do A.B.C.P., que, por suas condições geográficas, tinham, como é fácil compreender, interesse primordial em dirimir a contenda.

Mau grado não chegarmos, dessa como das outras vezes, ao acordo definitivo de paz por todos desejado, tornaram-se evidentes os resultados conseguidos pela ação conjunta do A.B.C.P., afastando muitas dificuldades que mantinham irredutíveis as nações desavindas.

A presença, nesta Capital, do ilustre Chefe da Nação Argentina e o alto significado dessa visita para a concretização do espirito pacifista americano, ofereceu oportunidade para dirigirmos um apelo em comum aos dois países irmãos, justificadamente esperançados em restabelecer a paz no Continente.

Outro acontecimento que também nos preocupou foi o conflito surgido entre o Peru e a Colômbia, com a ocupação, por forças peruanas, da cidade de Leticia, cedida anteriormente à Colômbia, em virtude do tratado Salomon-Lozano, firmado, na cidade de Lima, em 1922.

A gravidade do novo incidente consistia, principalmente, na circunstância de haver ocorrido às portas de nossas fronteiras, na região banhada pelos rios Icá e Amazonas, quase à vista da povoação brasileira de Tabatinga. Isto nos obrigou, sobretudo depois que o incidente assumiu caráter de verdadeira luta armada, a tomar as medidas necessárias para guarnecer aquela região, de forma a evitar que o conflito se estendesse também ao nosso território.

Paralelamente com essas medidas acauteladoras da soberania nacional, empenhávamos esforços junto aos contendores, no sentido de obter que o território litigioso fosse entregue provisoriamente à administração de delegados brasileiros, que no prazo mais curto possível o devolveriam às autoridades legais da Colômbia, seguindo-se, imediatamente, uma conferência, a realizar-se na Capital do Brasil, e na qual os dois países considerariam, com largo espirito de concórdia, o tratado Salomon-Lozano.

Não foi possível, porém, chegar a entendimento satisfatório. Verificou-se, posteriormente, a intervenção pacificadora da Liga das Nações, quando se assentou entregar o território a uma comissão por ela designada, que o

administraria durante um ano, esperando-se, fundadamente, que, no decorrer desse prazo, se chegasse a um acordo pacificador.

A comissão referida constituiu-se de três delegados, um brasileiro, um norte-americano e um espanhol, e cumpre a missão que lhe foi confiada, enquanto os delegados dos dois países interessados, atualmente reunidos nesta Capital, estudam uma solução conciliatória.

Quanto à política americana, a nossa atividade se fez sentir, ainda, nas relações de ordem econômica e social, através de tratados e convênios celebrados com várias nações do Continente, uns, já firmados, outros, em pleno andamento: acordos de comercio e navegação, com o Uruguai e a Argentina; de comércio, com a Colômbia, com o México e com o Canadá; convenção fluvial, com o Paraguai, regulando a navegação nas águas jurisdicionais dos dois países; convenção sobre delitos de ordem social, com a Argentina; de extradição de criminosos, com o Uruguai e a Argentina; demarcação das fronteiras, com as Guianas Holandesa e Britânica.

A Reconstrução de um Brasil economicamente forte, politicamente livre e socialmente justo

Senhores Governadores,

Cabe-me a insigne honra de presidir a este conclave, no qual os dirigentes supremos de sete unidades federativas que integram a região centro-meridional do país, vêm buscar a fixação de princípios tendentes a orientar uma ação conjunta para o aproveitamento racional das vastas extensões compreendidas ria bacia do Rio Paraná.

No momento atual, em que o objetivo máximo do Governo consiste na mobilização total dos recursos disponíveis a fim de favorecer a eclosão de novos fatores de progresso, é sobremodo confortador verificar que esse mesmo ideal anima também os responsáveis pela administração local e inspira entendimentos de âmbito regional para a solução de problemas comuns.

Em setembro do ano findo, a Conferência dos Governadores, reunida na Capital bandeirante sob os auspícios do Governador Lucas Nogueira Garcez, aprovava uma indicação no sentido de ser convidado o Estado do Rio Grande do Sul a integrar a Comissão Interestadual incumbida de programar os empreendimentos ligados ao desenvolvimento da Bacia do Paraná.

Semelhante iniciativa bem demonstrava a alta compreensão, por parte dos Senhores Governadores dos Estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, da necessidade de uma articulação político-administrativa, entre à União Federal e os Estados, suficientemente

flexível para sobre pôr-se às dificuldades inerentes a todos os problemas do grande vulto.

O objetivo que ora nos preocupa interessa mais diretamente a 27 milhões de brasileiros, distribuídos numa área que abrange mais de 3 milhões de quilômetros quadrados; ou seja, à metade da população brasileira e a 40% do território nacional. Mas, certamente, não se restringirão a essa área os benefícios advindos com q aproveitamento total das imensas possibilidades até hoje inexploradas. Os reflexos serão de âmbito nacional. Toda a economia do país será estimulada por novas energias. Uma linha constante de progresso material se estenderá do vale fértil e promissor até o planalto central e a planície amazônica, igualando todos os brasileiros no almejado padrão de bem-estar social.

As exigências do dia presente e do nosso país impõem ao Governo a árdua responsabilidade de determinar uma ordem, de prioridade para as tarefas a serem, empreendidas dentro das disponibilidades de investimento de que podemos lançar mão, mas que não podem ser retardadas, sob pena de sacrificar o progresso do país inteiro e suas possibilidades de atingir à independência econômica e ao grau de pujança compatível com os recursos que lhe prodigalizou a natureza.

Entre tantas tarefas de primeiro plano, entre tantos problemas cuja solução removerá os principais obstáculos que retardam o nosso progresso e prejudicam o bem-estar de nosso povo, avultam evidentemente os que dizem respeito à produção de energia. O petróleo, a eletricidade e o carvão foram portanto objeto de particular solicitude do Governo, que espera conseguir o máximo e rápido aproveitamento de nossas reservas desses recursos, graças a medidas já submetidas à aprovação do Legislativo.

É óbvio, porém, que uma adequada produção de energia não elimina a necessidade vital de assegurar a livre e fácil circulação das riquezas produzidas por essa energia a serviço do esforço e do engenho do homem. Ora, tem-se assinalado, com fundada *razão,* que uma das principais causas de nosso desordenado crescimento demográfico e econômico, ocasionando núcleos esparsos de população que não atingem pleno florescimento, é o abandono a que temos relegado as vias naturais de comunicação, até hoje precariamente utilizadas no transporte do progresso e da civilização.

Não deveremos permitir que esta crítica possa ser erguida pelos brasileiros de amanhã, ao avaliarem o pecúlio que receberá de nós o Brasil do futuro.

Considero, por isso mesmo, uma das tarefas fundamentais do meu Governo a utilização dos nossos principais cursos d'água, como propulsores do desenvolvimento de suas zonas de influência. Outras bacias fluviais, além da do Paraná, têm sido objeto de esforços conjugados da administração pública.

O Amazonas, que se acha naturalmente incluído no Plano de Valorização Econômica da Amazônia, merece do Executivo, um levantamento sistemático a fim de permitir um programa de providências escalonadas segundo os recursos autorizados pelo Poder Legislativo.

Quanto aos trabalhos relativos à recuperação econômica do Vale do São Francisco, foram objeto de mensagem que tive oportunidade de encaminhar ao Congresso Nacional em outubro do ano passado, prevendo um prazo de cinco anos para a realização total das obras programadas. Paralelamente, caminham em ritmo acelerado as obras da Companhia hidroelétrica do São Francisco, e, já no segundo semestre do próximo exercício, é de se esperar a conclusão da primeira fase do empreendimento e a inauguração do fornecimento de energia elétrica às cidades do Recife e Salvador.

Cerca de 13 milhões de brasileiros, terão, assim, a oportunidade de trabalho que lhes vem sendo negada até agora.

Resta-nos, finalmente, olhar para *o* Paraná. Inexplicavelmente tem sido o mais esquecido apesar de servir à região de índice de produção mais elevado de todo o país.

As corredeiras que interrompem o seu curso não devem ser consideradas como impecilhos à navegação, mas antes como fontes de energia barata que nos cumpre captar sem demora, para emprego na agricultura e nas indústrias rurais.

Esta mesma energia permitirá ainda que se liguem entre si os trechos navegáveis, movimentando outros meios de transporte; e favorecerá a fixação do homem ao solo, corrigindo a tendência ao despovoamento, que se observa ao longo dos 1.871 quilômetros do curso brasileiro do grande rio.

Já determinei o destaque da verba de 10 milhões de cruzeiros para dar início aos trabalhos de construção da Central Elétrica da Cachoeira Dourada, velha aspiração das populações de Goiás e do Triângulo Mineiro. Igual cuidado merecerão também os demais projetos relativos ao aproveitamento do potencial hidroelétrico do Paraná e de seus afluentes, a fim de constituirmos um sistema capaz de atender a toda a região.

Precisamos desenvolver sem demora o transporte fluvial no alto e médio Paraná, disciplinando a navegação mediante a construção de canais, instalação de portos e escolas de formação de práticos. Não será possível descurar, porém, as demais modalidades de transporte. Novas rodovias, prolongamento das estradas de ferro existentes, construção e aparelhamento de aeroportos constituem a complementação natural de um programa de providências a serem adotadas quanto ao preparo do meio físico. Deveremos então estabelecer uma sábia política de imigração e colonização, em que se inclua a assistência sistemática às populações rurais. Uma era de progresso e bem-estar será o corolário feliz desse vigoroso empreendimento, que havemos de realizar.

Senhores Governadores: a experiência tem demonstrado que só o nosso próprio esforço pode superar as dificuldades que o país ora atravessa, motivadas pelo volume insuficiente de nossa produção.

Qualquer auxílio externo que venhamos a receber não poderá suprir a nossa ação continuada, firme e decidida na luta de emancipação econômica que vimos empreendendo e que se encaminha para uma vitória final. Ela estará tanto mais próxima quanto maior for o entusiasmo com que nos empregarmos na mais patriótica das tarefas — a de reconstruir um Brasil economicamente forte, politicamente livre e socialmente justo.

Saudação ao presidente Gabriel Terra, no banquete oferecido no Itamaraty, em 18 de agosto de 1934

Senhor Presidente: O Governo e o povo do Brasil recebem a visita de Vossa Excelência como testemunho desvanecedor da amizade secular, que, por vínculos de profunda e espontânea simpatia, une estreitamente as nossas Pátrias. A comunhão do pensamento, o paralelismo dos costumes, a semelhança dos idiomas, os pendores do espirito e do caráter aproximaram as trajetórias dos nossos países, conduzindo-os firmemente para a consecução dos mesmos objetivos de paz e dos mesmos ideais de respeito aos direitos do homem.

O exemplo das nossas fronteiras geográficas, onde as cidades brasileiras se articulam com as uruguaias, confundindo-se e interpenetrando-se, vale pelo mais belo e generoso símbolo de concórdia e deveria servir de paradigma às relações entre os Estados lindeiros. Nossos marcos divisórios separam territórios mas não apartam os corações, nem afastam, por nenhum dissídio, os leais vizinhos que, do Quaraim ao Jaguarão, constituem uma família única, dedicada inteiramente aos labores campestres.

Afeitos aos misteres da vida rural, uruguaios e brasileiros educaram-se na disciplina do trabalho varonil, formando essa legião de criadores e agricultores, que, nas herdades e nas estâncias natais, prepara o advento de uma nova humanidade, na América. Vossa Excelência, Senhor Presidente, pôde verificar, de modo direto, nos aplausos com que o saudou a população

do Rio de Janeiro, a temperada afeição que nos inspira a República Oriental do Uruguai.

E, se não bastassem os tratados expressivos que temos concluído, desde o Império até hoje, tratados que demonstram à saciedade os sentimentos fraternos que nos animaram através do tempo, as manifestações de hoje consagrariam, definitivamente, a segurança e a harmonia dos nossos propósitos comuns.

Seria escusado acentuar o prazer com que o hospedamos. Amigo dileto do Brasil, Vossa Excelência encontrará, no lar brasileiro, uma réplica dos solares onde se formou a valorosa linhagem dos Artigas. Entre essa progênie de patriotas, o nome de Vossa Excelência ficará gravado na historia do Uruguai. Chefe de Estado modelar, não só pela visão perfeita dos teoremas políticos, mas também pelo senso geométrico das realidades sociais e das questões administrativas, conseguiu Vossa Excelência imprimir feição pratica e dar fundamento solido ás leis orgânicas do país que dirige, adaptando-o às necessidades econômicas da era contemporânea.

Cumpriu, assim, Vossa Excelência, aquele axioma invocado, no seu discurso proferido em Tacuarembó, no ano de 1931: "La política no se compone de los problemas que el político encuentra planteados, sino que es ante todo un sistema de problemas que él plantea al pais, por creer que fermentan en ei seno de Ia conciencia nacional y constituyen ei secreto de los acontecimientos futuros". Esse dom de prever, é, em verdade, a base mesma da arte de governar. E prever é dominar as circunstancias que poderão apresentar-se, é removê-las, pela observação dos fatos e pela experiência dos acontecimentos passados.

Vossa Excelência teve o privilegio de auscultar, no momento propicio, os imperativos secretos da coletividade nacional, condensando nos dispositivos da Carta Magna de 1934 os anseios, os reclamos, as aspirações do povo uruguaio. Sua palavra de propagandista, movido tão somente pelos mais puros desígnios, foi a semente de que germinou a nova Constituição.

De Tacuarembó a Montevidéu, rasgou-se, ao influxo da sua eloqüência, uma seara fecunda, cuja messe riquíssima as gerações vindouras abençoarão. O povo brasileiro, Senhor Presidente, compartirá dessa felicidade. Sob o signo da grandeza crescente do Uruguai, ergo a minha taça pela ventura pessoal de Vossa Excelência e da Exma. Senhora Gabriel Terra, pela união perene dos nossos dois povos, pela prosperidade da América.

Discurso pronunciado por ocasião de sua posse como chefe do governo provisório da República

O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência, como nacionalidade. Em toda nossa historia política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.

No fundo e na fôrma, a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos.

O Rio Grande do Sul, ao transpor as suas fronteiras, rumo a Itararé, já trazia consigo mais da metade do nosso glorioso Exército. Por toda parte, como mais tarde na capital da República, a alma popular confraternizava com os representantes das classes armadas, em uma admirável unidade de sentimentos e aspirações. Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional. Essa, a nossa maior satisfação, a nossa maior glória e a base invulnerável sobre que assenta a confiança de

que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da revolução brasileira.

Quando, nesta cidade, as forças armadas e o povo depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava virtualmente triunfante em todo o país. A nação, em armas, acorria de todos os pontos do território nacional. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do norte, do centro e do sul bateriam às portas da capital da República. Não seria difícil prever o desfecho dessa marcha inevitável. A aproximação das forças libertadoras, o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionários ninguém poderia duvidar, se levantaria em massa, para bater, no seu último reduto, a prepotência inativa e vacilante.

Mas era bem possível que o governo, já em agonia, apegado às posições e teimando em manter uma autoridade inexistente de fato, tentasse sacrificar, nas chamas da luta fratricida, seus escassos e derradeiros amigos. Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e com os vossos valorosos auxiliares desfechastes patrioticamente sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça. Os resultados benéficos dessa atitude constituem legitima credencial dos vossos sentimentos cívicos: integrastes definitivamente o restante das classes armadas na causa da revolução, poupastes à Pátria sacrifícios maiores de vidas e recursos materiais e resguardastes esta maravilhosa capital de danos incalculáveis.

Justo é proclamar, entretanto, senhores da Junta Governativa, que não foram somente esses os motivos que assim vos levaram a proceder. Preponderava sobre eles o impulso superior do vosso pensamento, já irmanado ao da revolução. Era vossa, também, a convicção de que só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Pátria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a mascara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça — abater a hipocrisia, a farsa e o embuste. E, finalmente, era vossa, também, a convicção de que urgia substituir o regime de ficção democrática, em que vivíamos, por outro de realidade, e confiança.

Passado, agora, o momento das legítimas expansões pela vitória alcançada, precisamos refletir, maduramente, sobre a obra de reconstrução que nos cumpre realizar. Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro, para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada. Ela é de

iniludível responsabilidade. Tenhamos a coragem de levá-la a seu termo definitivo, sem violências desnecessárias, mas sem contemplações de qualquer espécie.

O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas contemporizadoras. Implica o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo à verdade. Precisamos, por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Comecemos por desmontar a maquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria.

Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades — verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho — não se justificam. Esse, com o caciquismo eleitoral, são males que têm de ser combatidos, tenazmente.

No terreno financeiro e econômico, há toda uma ordem de providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas às suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal.

Resumindo as idéias centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade:

1) concessão de anistia;

2) saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária;

3) difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas finalidades, justificar-se-ia a cremação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas;

4) instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes, e sinceramente integradas na corrente das idéias novas;

5) nomeação de comissões de sindicâncias, para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos;

6) remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional;

7) reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precisamente, a garantia do voto;

8) reorganização do aparelho judiciário, no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases;

9) feita a reforma eleitoral, consultar a nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, a fim de procederem à revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades, públicas e individuais, e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do governo central;

10) consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigorante, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes;

11) manutenção de uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias — único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais;

12) reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho atualmente rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro;

13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis;

14) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às industrias artificiais, que não utilizam matéria prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando;

15) instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e defesa do operariado urbano e rural;

16) promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferencia direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade;

17) organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o país, afim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.

Como vedes, temos vasto campo de ação, cujo perímetro pode ainda alargar-se em mais de um sentido, se nos for permitido desenvolver o máximo de nossas atividades. Mas, para que tal aconteça, para que tudo isso se realize, torna-se indispensável, antes de mais nada, trabalhar com fé, ânimo decidido e dedicação.

Quanto aos motivos que atiraram o povo brasileiro à revolução, supérfluo seria analisá-los, depois de, tão exata e brilhantemente, tê-lo feito, em nome da Junta Governativa, o Sr. General Tasso Fragoso, homem de pensamento e de ação, e que, a par de sua cultura e superioridade moral, pode invocar o honroso título de discípulo do grande Benjamin Constatit. Através da palavra do ilustre militar, apreende-se a mesma impressão panorâmica dos acontecimentos, que vos desenhei, já, a largos traços: a revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado. Senhores da Junta Governativa.

Assumo, provisoriamente, o governo da República, como delegado da revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria.

A Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1954

"Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal

produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio, respondo com o perdão.

E, aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História."

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)